

Educação não formal, jogo e brincadeira.

CÉLIO TURINO*

I. Os Parques Infantis na gestão Mário de Andrade – um breve estudo sobre educação não formal na gestão pública.

Escola! Alto!
Parrráaaa...
Não prestou! Escola!...

M

Mário de Andrade tinha uma idéia muito crítica em relação ao ensino formal e isso pode ser percebido em vários de seus poemas. Sua opinião sobre o sistema de ensino era bem ácida:

...o que há talvez de mais admirável na pedagogia contemporânea é o seu caráter, por assim dizer, antipedagógico; justamente o engurgitamento da massa mais oculta de estudantes, nivelando-os à dantes melancólica elite professoral, pelo respeito às suas qualidades tendências próprias, de massa e de sombra.

Quando foi diretor de Cultura, Educação e Recreação da Prefeitura de São Paulo, entre 1935 e 1938, teve a oportunidade de apresentar uma outra proposta pedagógica, uma pedagogia infantil macunaímica. Ele estava à procura da identidade nacional (como vimos nas fugas espetaculares de Macunaíma) e buscava pontes para um Brasil novo. Encontrou, nos Parques Infantis, a ferramenta para formar pessoas livres.

O Parque Infantil foi inaugurado antes da gestão Mário de Andrade, no parque Dom Pedro, em 1929, e era destinado a atender crianças de famílias operárias. No entanto, foi a partir de 1935 que eles se transformaram em uma original experiência educacional para a época. Diferente de uma escola formal – as escolas públicas regulares eram de responsabilidade dos governos estaduais e não das prefeituras –, as crianças poderiam frequentá-la

* CÉLIO TURINO é historiador e administrador de Cultura e Lazer. Atualmente, é Secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura e coordena o programa Cultura Viva / Pontos de Cultura. É autor do livro *Na trilha de Macunaíma – ócio e trabalho na cidade*; Ed. Senac/SP

livremente, em seu tempo de lazer após as aulas obrigatórias. Entre 1935 e 1943, São Paulo abriu seis novos Parques Infantis inspirados nesse modelo.

O modelo era o de uma praça pública cercada, com atividades orientadas e ampla área livre. Havia uma rua. Uma rua concebida como um espaço de convivência e aprendizado, onde o controle social era mais flexível, mais distante dos olhares dos pais. O Parque Infantil era um ponto de encontro e convivência para as crianças, um permanente “Recreio”.

Ana Lúcia Goulart, professora da faculdade de educação da Unicamp, fez sua tese de doutoramento sobre essa experiência e aqui recomendamos sua leitura. Ela constata que:

Embora não existisse currículo por disciplinas, e nem uma preocupação em alfabetizar ou transmitir conhecimentos escolares, não podemos negar que os fundamentos do “ensino de História” adequados à faixa etária em questão estavam sendo desenvolvidos. O Parque Infantil estava muito mais voltado para o conhecimento artístico e a produção cultural. De fato, as crianças brincavam o dia todo, muitas vezes eram brincadeiras orientadas e tantas outras propiciavam, através do lúdico, reviver as tradições nacionais, manifestas artisticamente através do desenho, da dança etc...¹

Em um dia ao Parque Infantil, crianças com até 12 anos e seu dia era centrado nos jogos, brincadeiras e folclore brasileiro. Ali, elas passavam a maior parte do tempo brincando e usufruindo o espaço externo, muito mais estimulante que as salas e áreas internas. Dessa forma, aconteciam uns aprendizados mais espontâneos, vinculados à vontade de brincar. Uma outra diferença em relação ao ensino formal era com a preocupação de impor produtividade e ritmo ao aprendizado, para que crianças de diversas faixas etárias brincassem e aprendessem, juntas.

Em um de seus despachos administrativos, Mário de Andrade, faz a seguinte recomendação:

A criança aprende a sua roda em casa ou na rua e vai encontrá-la na escola com modificações de palavras e deformações de sentido. Fica-lhes assim a atenção chamada justo para as palavras e as idéias possivelmente imoralizadoras; cria-se-lhes um fundo de malícia e ao mesmo tempo de hipocrisia, porventura mais prejudicial do que as próprias canções.

(A marujada)

Era o aprender brincando, colocado no próprio universo infantil, em que o educador tinha o papel de orientador, estimulador de atividades elaboradas pelas próprias crianças. O documento da Divisão de Recreação do Departamento de Cultura, em 1937, fazia a seguinte avaliação das atividades dos Parques:

A educação física, os jogos, a música, o canto, o bailado, a biblioteca e os festivais resumem as atividades mais comuns no programa de recreação. A assistência médica, a distribuição do copo de leite (140 ml) e as frutas têm trazido real proveito aos pequenos anêmicos e desnutridos. Os serviços de assistência, educação e recreação vêm produzindo, assim, os resultados previstos. A frequência aumenta de ano para ano, sendo que, em 1936, os três Parques acusaram entradas num total de 782.294.²

O Departamento de Cultura e Recreação está cuidando da construção de Parques Infantis em todos os bairros da cidade. Dess’arte, as crianças paulistanas terão logradouro público nos quais, pelos mais modernos princípios da recreação, se visará à formação da sociedade de amanhã, baseada no fortalecimento constante da consciência nacional e dos ideais da solidariedade humana.

E essas atividades estavam baseadas em um conjunto de considerações formalizadas no Ato Municipal de número 767, do Departamento de Cultura, publicado em 1936.

Considerando....

...que as forças morais e espirituais de uma Nação dependem, em parte, da maneira pela qual são aproveitadas pelos cidadãos, em suas horas de descanso, e que é por isso necessário despertar, nas novas gerações, o gosto e criar o hábito de empregar seus lazes em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico;

...que as atividades lúdicas exercem uma função importante no processo educativo e social, podendo considerar-se os grupos de jogos como os construtores essenciais da vida social, e a fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como solidariedade, a comunicabilidade, a cooperação;

...considerando que as praças de jogos para crianças, organizadas como meios de preservação social e educação sanitária, têm contribuído eficazmente, em toda parte, para a educação higiênica e social das crianças, proporcionando-lhes oportunidades e meios de recreação ao ar livre, estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais;

...que os Parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infância que a desenvolve freqüentemente em más condições higiênicas e morais, constituem, sobretudo

em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos;

...que nas cidades industriais como São Paulo, em pleno crescimento, a densidade da população, a valorização crescente dos terrenos, o movimento cada vez mais intenso nas vias públicas e as construções de casas apartamentos e de habitações coletivas concorrem para limitar, cada vez mais, senão subtrair às crianças, espaços ao ar livre, pátios, terreiros e jardins de que necessitam para seus jogos, exercícios e divertimentos.

Selecionamos apenas as mais expressivas, de um conjunto de considerações bastante coerente com a trajetória macunâmica de um herói que vai descobrindo o seu caráter nas fugas e no enfrentamento ao gigante Piaimã. Acima de tudo, é uma busca pelo respeito à capacidade criadora do ser humano. E, ao estender esse respeito à criatividade das crianças, estamos, na verdade, aprendendo a não sufocar a nossa própria criatividade – ao menos o que sobrou dela.

Este era o ideal do Parque Infantil: recuperar – ou dar vazão – à cultura das crianças e, ao fazer isso, “...nos transformar de especulativos em especuladores, não esquecendo de mudarmos para uma atitude interessada diante da vida contemporânea, participando do amilhoramento político-social do homem, enfim, marchando com as multidões”. Era o Mário de Andrade sonhador e idealista que falava na condição de gestor público, fazendo com que os atos administrativos da Prefeitura de São Paulo da época também incorporassem uma explícita preocupação com o brincar:

[...]

c)... orientar as atividades recreativas das crianças e velar sobre elas sem lhes perturbar ou ameaçar a liberdade e espontaneidade nos jogos que forem admitidos

d) ensinar a prática dos jogos infantis, participando com as crianças nas atividades lúdicas e educativas (Ato 767; art. 9).

E essas preocupações, expressaram-se em um conjunto de atribuições do Parque Infantil, como podemos perceber no Ato de número 861, art. 49:

Cabe ao Parque Infantil...

... propagar a prática de brinquedos e jogos nacionais, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem dia-a-dia a perder;

... promover prática de todos os jogos que, pela experiência universal, forem dignos de serem incorporados ao patrimônio dos inspirados nas tradições locais e nacionais;

... promover, com a colaboração do corpo docente das instituições escolares municipais, estaduais e particulares, um inquérito permanente de pesquisas folclóricas e, mais geralmente, etnológicas, entre a população escolar, recolhendo assim as tradições de costumes, superstições, adivinhas, parlendas, histórias, canções, brinquedos etc..., sendo os resultados desses inquéritos devidamente selecionados, organizados e catalogados em seções distintas e publicados na Revista do Departamento.

O dia-a-dia das crianças nos Parques Infantis envolvia teatrinho, desenho, marcenaria, jardinagem, modelagem, trabalhos manuais (bordados, tapeçaria), exposição do trabalho das crianças, valsa, dança indígena, recorte de gravuras, bailado da Nau Catarineta, leitura, biblioteca, prateleira de livros, reunião da diretoria do clube, eleição e votação, aparelhos, carrossel, brinquedos (apanhar o lenço, corrida com batatas, pulo do canguru), voleibol, balanço, passo de gigante, escorregador, jogo de construção, gangorra, pingue-pongue, tanque de areia, jogos tranquilos (jogo de damas, dominós), fila indiana, preparativos para ginástica (ginástica com bastões, roda, corrida), banho de sol. Essas foram as bases da passagem de Mário de Andrade pela gestão pública.

É claro que houve contradições. Ele era um homem de esquerda, apesar de não ter vínculo partidário, em um governo conservador, apesar de ilustrado, como era o governo do prefeito Fábio Prado. Para esses, o Parque Infantil seria um espaço para o controle e moldagem do comportamento das crianças de origem operária, em que o atendimento à criança era visto por um olhar utilitário, de funcionalidade capitalista, ou para a preparação ao trabalho ou como assistência à mãe trabalhadora que,

assim, era liberada para o trabalho, como bem aponta a dissertação de mestrado de Ana Carolina Bonjardim.³

Mas durante a gestão de Mário de Andrade, não foi essa política que prevaleceu e ele aproveitou a oportunidade de estar no governo para se aproximar de seu povo, lançando projetos em uma escala que seria impossível sem a presença do Estado: programou um recital no Teatro Municipal para os trabalhadores, inaugurou uma discoteca e uma grande biblioteca — que hoje leva o seu nome — e promoveu expedições etnográficas.

Também houve frustrações e amargura, e essas o poeta levou consigo até o final de seus dias. Mas a experiência dos Parques Infantis, 70 anos depois, ainda assim, seria considerada uma proposta educacional de vanguarda, verdadeiramente libertadora. Uma herança de educação não formal que nos foi legada por Mário de Andrade.

II. Brincadeiras infantis e reprodução social

O lazer para as crianças tem um significado diferente do que para os adultos e só aparece quando a criança é apresentada ao mundo de responsabilidades e obrigações. Com a escolarização precoce, esse universo de obrigações está chegando cada vez mais cedo e, além da escola, uma agenda de compromissos (sim, agenda de compromissos), com aulas de ginástica, natação, quem sabe até inglês para bebês... Assim, o lazer também é precocemente apresentado às crianças.

É claro que estamos falando das classes média e alta, pois, para as crianças pobres, a agenda de compromissos tem outras características: o acompanhamento dos pais pelas ruas, cuidar dos irmãos mais novos e o próprio trabalho. Em 2002, o Brasil contava com cinco milhões de crianças trabalhando! E esse trabalho não está restrito a remotas fazendas, coletando tocos de carvão vegetal ou cortando pedras.

O trabalho infantil está ao alcance de nossos olhos, de nossas mãos: encontramos crianças nas esquinas mais movimentadas — pedindo esmola, como uma forma de trabalho (existe o feitor que controla as crianças, horário de atividade, cota de arrecadação) — ou vivendo de biscates, também nas esquinas, vendendo balas, oferecendo serviço de limpeza de pára-brisas. O mais incrível é que pouco se faz para evitá-lo. Em uma avenida como a Paulista, ícone de São Paulo, dá até para conhecer as crianças. Bastaria uma presença diária de assistentes sociais, conselheiros tutelares e serviço de acolhimento. Mas...

Essa mudança na organização do tempo livre da criança acentuou-se nos últimos 40 anos e é reflexo de uma sociedade dominada pela ideologia da competição, em que as ambições e frustrações dos pais vão sendo transferidas para seus filhos com a mesma naturalidade de uma canção de ninar. O trabalho, ou a preparação para o trabalho, é uma realidade cada vez mais presente na vida infantil e, dessa forma, também vai pautar o seu tempo de infância, que deveria ser a verdadeira expressão do ócio criador, ou seja, um mundo de descobertas envolvidas em um ambiente lúdico e prazeroso.

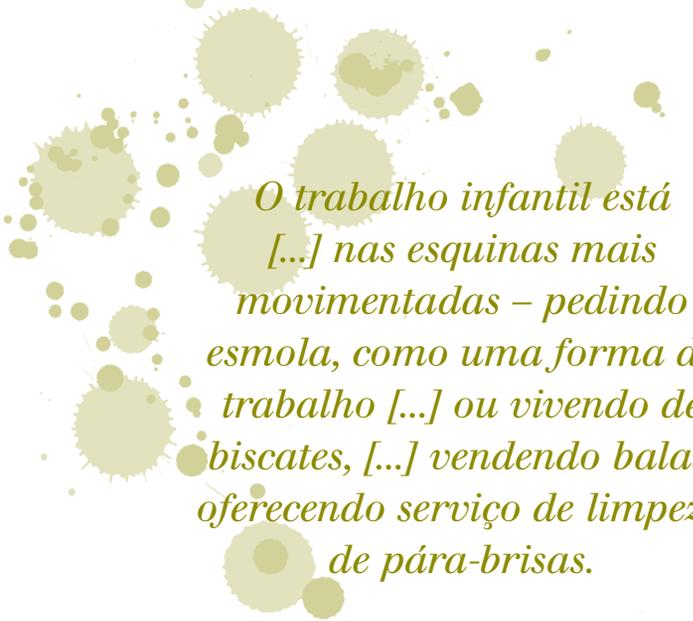
Mesmo assim, a criança constrói um modo de interpretar a realidade muito diferente do que a representação dos adultos:

A criança representa alguma coisa diferente, ou mais bela, ou mais nobre, ou mais perigosa do que habitualmente é. Finge ser um príncipe, um pai, uma bruxa malvada ou um tigre. A criança fica literalmente “transportada” de prazer, superando-se a si mesma a tal ponto que quase chega a acreditar que realmente é esta ou aquela coisa, sem contudo perder inteiramente o sentido da “realidade habitual”. Mais do que uma realidade falsa, sua representação é a realidade de uma aparência: é “imaginação” no sentido original do termo.⁴

É nesse mundo de brincadeira, ou de representação diferenciada da realidade, que as crianças tomam contato com a vida. Freud via nas brincadeiras duas funções principais:

- a “compulsão da repetição”, que consiste em reproduzir seguidamente acontecimentos desagradáveis — brincadeiras de medo, por exemplo; ao fazer isso, a criança tem por objetivo comandá-los; e
- a “realização de um desejo”, a partir da alteração da realidade, modificando os acontecimentos de modo que esses se enquadrem ao universo ideal da criança.

Para Piaget, brincadeira se confunde com aprendizagem, representando um processo de assimilação cultural que, ao imitar o mundo dos adultos — brincar de casinha, caminhãozinho —, a criança vai tomando posse de comportamentos e sinais culturais. Em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e quadrilhas de criminosos, essa imitação acontece com brincadeiras igualmente violentas. E como falamos de precocidade na entrada ao mundo do trabalho e das obrigações, também devemos levar em conta a precocidade para a entrada no mundo da violência, tanto em sua forma direta quanto imaginária.



O trabalho infantil está [...] nas esquinas mais movimentadas – pedindo esmola, como uma forma de trabalho [...] ou vivendo de biscates, [...] vendendo balas, oferecendo serviço de limpeza de pára-brisas.

ria – brincar de soldado e ladrão, armas de brinquedo, jogos e videogames violentos.

Mas é claro que os meios de comunicação e o pavor generalizado que toma conta da classe média se encarregam de espalhar esse jeito de brincar por todo o tecido social.

Visto dessa forma, o investimento social na infância e adolescência é fundamental na construção de valores e na formação do modo de interpretar o mundo, nas condutas e no *habitus*. Pierre Bourdieu define o *habitus* como:

...um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas.⁵

O *habitus* é um mecanismo de mediação entre as práticas sociais e as representações coletivas e, dessa forma, a reprodução do comportamento social passa pela criança e pelo brincar, determinando comportamentos futuros na sociedade.

Uma sociedade cujo grande objetivo é o sucesso, investe nos jogos competitivos, na destreza física. A difusão do esporte escolar nos Estados Unidos – e não há país algum do mundo em que o esporte esteja tão difundido na escola – oferece-nos fartas imagens sobre um estilo de vida tão caro àquela sociedade: rapazes feroces se socando no futebol, massacrando os adversários, assim como fariam mais tarde nas selvas da Indochina ou estão fazendo nas areias e cidades do Iraque. Esse é um bom, e triste, exemplo de como o jogo, os esportes e as brincadeiras refletem valores e indicam caminhos pelos quais as sociedades vão trilhar. Mais que a atividade em si, cabe-nos procurar o sentido dessas brincadeiras e jogos.

O antropólogo Koch-Grunberg,⁶ o mesmo que inspirou Mário de Andrade na criação de seu personagem,

Macunaíma, acompanhou o processo educacional das crianças índias no atual estado de Roraima. Ele percebeu que até os dois anos de idade, a criança descansa ao lado da mãe, amarrada em uma faixa de algodão, em contato corporal direto e permanente. Assim, a criança é alimentada, dorme, é banhada no rio (duas vezes ao dia, afinal, os hábitos de higiene que temos são uma herança dos selvagens dos trópicos) e a acompanha na plantação e atividades sociais. Isso lhes dá confiança, em uma vida sem violência, gritos ou brigas (alguns “civilizados” diriam: em uma vida totalmente “preguiçosa”).

Na medida que os meninos crescem, pais e avós os treinam no arco e flecha; as meninas acompanham as mães, auxiliando-as na plantação, no preparo da farinha, cuidado com os irmãos mais novos. As diferenças entre a educação de meninos e meninas são bem distintas, sendo melhor não idealizá-las de uma forma romântica. Esse estilo de vida é que estimula o espírito de cooperação e solidariedade entre as crianças e os adultos para um comportamento absolutamente distinto do que conhecemos, em que o universo lúdico, a recreação e a brincadeira permeiam as obrigações cotidianas.⁷

O espaço para o lazer infantil

A casa e a família são a primeira fonte de formação dos interesses em torno do lazer. Até o início do século XX, a estrutura familiar praticamente provia as necessidades recreativas de seus membros: casas com grandes quintais, as visitas entre familiares.⁸ Em uma recreação familiar, a família se mantém mais solidária e as crianças aprendem lições de responsabilidade e consideração com os outros. Quando essa recreação envolve a ida a lugares externos, principalmente parques que facilitam a recreação ao ar livre, em amplos espaços, há um incremento ainda maior da união entre os pequenos e os velhos membros da família. O sentido desse processo de integração e educação entre pais e filhos vai além da própria obrigação familiar, de modo que brincar com os filhos é também uma prazerosa atividade recreativa para os pais.

A desestruturação deste convívio lúdico entre pais e filhos é um elemento de enfraquecimento dos laços familiares, desestruturando padrões de referências com reflexos diretos na violência social. Aqui não estamos entrando especificamente na razão dessa desestrutu-

ração, que pode ser resultante de um excesso de trabalho ou mesmo de ausência completa de trabalho, podendo atingir tanto as pessoas mais abastadas quanto as mais pobres. O que nos interessa perceber é que a falta de limites em casa, ou de contato mais fraterno com os mais velhos, implica um comportamento mais violento na adolescência e na idade adulta. E essa violência sem limites acontece tanto entre jovens de classe média – algazarra, brigas sem sentido, pequenas gangues de condomínio, desprezo pelo “outro” –, quanto entre os jovens mais pobres. Porém, neste caso, a sociedade vai criminalizar os atos de violência.

Uma vez que vão desaparecendo as relações mais desobrigadas de acompanhamento no lazer entre as crianças, a sociedade vai criando uma forma de ocupação desse tempo que deveria ser livre. As aulas de judô, iniciação artística, balé etc. Um ir e vir constante, uma rotina de obrigações e até mesmo de uma superexigência de treinamento das crianças, como aponta João Batista Freire, ao analisar os treinamentos obsessivos e dolorosos a que as crianças da ginástica olímpica e do balé são submetidas. Um antilazer, com atividades rotineiras e obrigatórias. E assim roubamos o lazer de nossas crianças.

Esporte para combater o ócio ?

Os programas de preenchimento do tempo livre das crianças pobres, em especial, mas não só em relação a elas, comumente reproduzem a seguinte idéia: “Combater o ócio!”, “Tirar a criança da rua”. Não seria melhor dizer: “Transformar o aprendizado em uma atividade prazerosa e lúdica”, “reconquistar a rua como um espaço de convivência e brincadeira”?

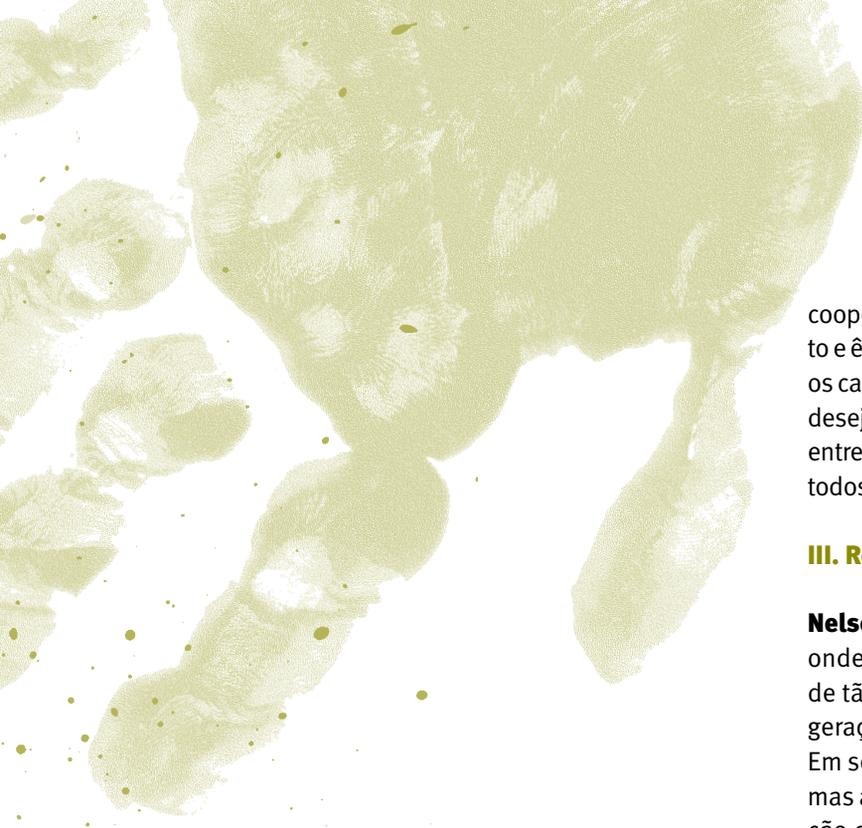
Ocorre que os gestores públicos e formadores de opinião, mesmo que eivados de boas intenções, vão incorporando um pensamento funcionalista para o lazer. Melhor dizendo, vão transpondo a lógica produtivista do trabalho para um tempo que deveria ser livre. São conservadores, portanto. Mesmo que as motivações sejam justificáveis, de cunho social, essas políticas caminham no sentido do adestramento e da domesticação das pessoas e não para sua verdadeira emancipação.

Esse conservadorismo se distancia de um conteúdo verdadeiramente transformador ao reduzir sua atividade a um mero “ocupar o tempo”, dirigindo o pensa-

mento das crianças para objetivos previamente fixados, privando-as do prazer da descoberta por seus próprios meios. No caso do esporte educacional, o que vemos? O modelo da vitória, a busca por medalhas, a ascensão social. E para os pobres e negros, o esporte é apresentado, ao lado da música, em certa medida, como a única porta de entrada no sistema econômico.

São programas de inclusão social na ordem estabelecida e não de questionamento social. Reproduzem a ideologia dominante em um caráter ritualístico e, ao mesmo tempo, dramático. E nisso não diferem do esporte institucional e “espetacularizado”, no qual os ritos assumem funções sociopsicológicas semelhantes aos ritos de passagem em que são afirmadas as lealdades a times e as identificações que, naquele momento, unem pessoas e grupos tão diferentes.

Esse processo ritualístico e identificador é bem percebido quando vamos a um estádio de futebol. Em um dado momento, as diferenças desaparecem, todos são torcedores, não importando se estão na geral ou na cadeira numerada e coberta. Em um estádio vazio, a diferença é nítida: há uma cor para cada local. Mas quando começa o jogo, só restam as cores dos times em campo. E nesse processo de fusão de cores, o espetáculo esportivo se assemelha a uma peça teatral, envolvendo divertimento e excitação, em que cada torcedor se identifica com os atores-jogadores em campo. Essa é a magia do esporte, ao mesmo tempo, sedutora e conformadora. Stanley Parker faz uma análise comparada entre o esporte e os valores da sociedade:



O esporte também se relaciona aos valores dominantes em nossa sociedade, e existem provas substanciais de que opera como forma de controle social. Isso se aplica especialmente ao ensino de esportes nas escolas. Desenvolveu-se nas escolas particulares o esporte como “formador de caráter” e a idéia de que o esporte tem “valor educacional” e isso torna-se evidente nas escolas públicas de hoje. Como nos mostra John Hargreaves, as características fundamentais do esporte apresentam uma grande semelhança com os valores políticos. O esporte é essencialmente competitivo, sendo, portanto, um modo efetivo de socialização na moral competitiva da sociedade contemporânea. Sendo uma competição governada por regulamentos, estimula os jogadores a aceitarem a regra do “jogo limpo”, assim como os cidadãos são estimulados a aceitar que os regulamentos da sociedade são neutros e que todos são iguais perante a lei.⁹

É assim que o esporte se constitui em um racional instrumento de treinamento, de divisão de tarefas e assimilação das regras do trabalho moderno, bem como de aceitação das normas e ideologia dominantes e, nesse sentido, podemos compará-lo a um processo de educação de massa.

Mas o esporte também pode se abrir a sentimentos de cooperação e solidariedade. Tudo depende do modo de pensar hegemônico, dos sentidos que damos às coisas: ou caminhamos para uma excessiva especialização, competição e busca da vitória a qualquer custo, valores tão caros à ideologia neoliberal; ou tomamos um rumo diverso, buscando o cultivo de uma nova consciência, mais integrada às necessidades de cooperação e transformação dos valores humanos. E isso começa desde a infância, estimulando a

cooperação e proporcionando sensações de encantamento e êxtase, em que a forma e conteúdo do esporte refletem os caminhos que a sociedade aceita como desejáveis. Nós desejamos um caminho de liberdade, que abra horizontes, entrelace programas e uma pessoas. Cabe a cada um, ou a todos, escolher o caminho que deseja seguir.

III. Reprodução social, lazer e educação

Nelson Marcellino propõe um novo “jogo do saber (...)

onde se exercite a recusa das velhas regras ditadas, que de tão frágeis e absurdas precisam ser impostas a cada geração, fornecendo-lhes o alibi para o conformismo”.¹⁰ Em seu trabalho, ele refere-se especificamente à escola, mas aqui vamos tratar dessa relação entre lazer e educação de um modo mais abrangente.

Primeiro, é preciso deixar claro que não se trata de simplesmente instrumentalizar o lúdico, um equívoco muito comum, de caráter funcionalista, que também se aplica ao lazer, como já falamos anteriormente. O jogo não pode ser visto apenas como uma forma agradável de inculcar uma cultura estabelecida, como se houvesse um mundo pronto, com ordens e normas a serem seguidas. Ao contrário, o papel do jogo é o de valorizar a cultura dos participantes, no caso da criança, permitindo que ela se perceba como reprodutora de cultura¹¹ e, no caso das classes populares, assumindo uma conduta de respeito ao seu saber, ao mesmo tempo que se questionam os valores e condutas tidos como superiores.

Esse seria um jogo em que se detona “...um processo irreversível de questionamento criativo do ‘jogo da realidade’, fundamental para o processo educativo na escola e fora dela, na sociedade como um todo”.¹²

Para ser eficiente, esse “jogo do saber” deve ser praticado ludicamente e apresentar uma crítica da realidade (não é o que víamos no carnaval?) constituindo-se em um espaço de resistência. Esse jogo precisa ser mediado, é claro, e essa mediação deve ser feita por agentes – sejam professores, artistas, gestores, intelectuais, ou agentes da comunidade – que tenham condições de estabelecer um diálogo e tensão entre diferentes valores e culturas. Se enlameando dessa cultura, indo ao “húmus”, como propunha Gramsci, estaremos desenvolvendo uma práxis contra-ideológica, de gestação de uma nova consciência social.

Walter Benjamin apontava que a verdadeira essência da educação tem que ser a observação. Não existe momento mais propício à observação que o lazer, no

sentido de um ócio contemplativo, uma atitude de “parar para pensar”. Quando a pessoa se encontra consigo mesma, ela se situa na realidade social e assim ganha condições de enfrentar a realidade, rompendo com uma determinada situação ou a assimilando, a depender dos interesses e posicionamentos em jogo. Mas, ao menos, que essa atitude seja a partir de um ato consciente e não uma simples reprodução do estabelecido.

O rei está rodeado de pessoas que só pensam em divertí-lo e em impedi-lo de pensar em si mesmo. Porque se pensa em si mesmo, é infeliz, por mais rei que seja.¹³

Em um ciclo de palestras promovido pela Secretaria de Esportes e Lazer de São Paulo,¹⁴ o rapper Mano Brown levantou um pensamento semelhante. O objetivo do ciclo de palestras “Fazer Acontecer” era o de ligar o Estado, a gestão pública, à mobilização reflexiva na sociedade, particularmente os jovens. Com essas atividades, pretendia-se (pretende-se) gerar uma política que permita às pessoas e grupos que assumam aquilo que acham justo, que façam as coisas acontecer. Desta forma, Mano Brown expressou o seu sentimento em relação à consciência das coisas:

Eu preferia ser como alguns “manos” da periferia que só vivem falando de futebol ou nas “minas” que vão pegar no fim de semana. Eles são mais felizes porque não ficam preocupados com os outros, nem com eles mesmos. Quando a gente começa a perceber o que está em volta, vai ficando com raiva, infeliz, tentando entender porque as coisas são daquele jeito.

Esse deveria ser o papel da Educação não Formal em um sentido humanista, libertador: possibilitar a parada, a reflexão e fazer isso com brincadeira, fantasia e jogo. E, é claro, que, a partir de uma infelicidade inicial, de um sentimento de impotência, vai surgindo a felicidade da descoberta de que é possível mudar essa realidade. Anthony Giddens aponta que vivemos em um mundo de alta flexibilidade e que, em um mundo assim, o indivíduo “...deve alcançar um certo grau de autonomia de ação como condição para ser capaz de sobreviver e forjar uma vida”. Isso implica consciência e autonomia, mas autonomia não é egoísmo e pressupõe “reciprocidade e interdependência”.¹⁵ A Educação não Formal, com suas expressões lúdicas e de jogo aliadas à ociosidade contemplativa, pode cumprir este papel de reparar solidariedades, criando uma confiança ativa de responsabilidade social e pessoal.

Essa é uma atividade em constante tensão e pressupõe subversão de valores. E valores não mudam com rapidez. Os valores são cultivados e reproduzidos pelo sistema de ensino, pelos meios de comunicação e pela própria difusão de usos e costumes. É a partir dessas estruturas de reprodução social que se reproduz a “estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes, contribuindo assim para a reprodução da distribuição do capital cultural entre as classes”.¹⁶

Não basta apenas “oferecer” produtos culturais ou expressões artísticas mais elaboradas, é preciso tocar, encantar as pessoas, fornecer-lhes ferramentas para que adquiram um novo repertório cultural e se apropriem da cultura em um sentido largo, decifrando códigos e transformando suas vidas a partir de uma educação que não se aprende na escola.

Notas

- 1 GOULART DE FARIA, Ana Lúcia. *Educação pré-escolar e cultura*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 200.
- 2 Como não havia inscrição regular, o controle da frequência era feito por meio da soma da frequência diária.
- 3 *(Na rua a troca, no parque a troca, Parques Infantis na cidade de São Paulo na década de 1930* – Faculdade de Educação – USP – 2003).
- 4 HUZINGA, Johan. *Homo Ludens*. Ed. Perspectiva, 2001, p. 17.
- 5 BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Ed. Perspectiva, 2001, p. 50.
- 6 KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogos Infantis, o jogo, a criança e a educação*. Ed. Vozes, 1993, p. 63.
- 7 Para esses povos, até mesmo o conceito de trabalho tem um sentido diverso, de modo que é mais apropriado definir atividades, como caça ou trançado, como sendo “obrigações cotidianas”.
- 8 Atualmente, uma moradia de classe média tem até mais atrativos para o lazer, mas esses atrativos são voltados para um lazer individualizado – a TV no quarto, o computador – e, de certo modo, até reforçam o distanciamento e a falta de comunicação entre os indivíduos de uma mesma família.
- 9 PARKER, S. *A Sociologia do Lazer*. Zahar Editores, 1978, p. 54.
- 10 MARCELLINO, Nelson. *Pedagogia da animação*. Papirus Editora, 2003, p. 94.
- 11 Florestan Fernandes desenvolve um original estudo sobre a cultura infantil (*As trocinhas do Bom Retiro*), que foi escrito em 1940. Neste trabalho, publicado na Revista do Arquivo Municipal ele demonstra que a transmissão de culturas, jogos e brincadeiras – e, neles embutidos, uma série de valores e preconceitos – ocorre nos próprios círculos das crianças, nos quais as ligeiramente mais velhas passam os seus conhecimentos para as mais jovens.
- 12 MARCELLINO, Nelson. *Pedagogia da Animação*. Papirus Editora, 2003, p. 95.
- 13 PASCAL, Blaise (Pensamentos, p. 72) Apud MARCELLINO, Nelson. *Lazer e Educação*. Papirus Editora, 2002, p. 41.
- 14 Em 2003, o Departamento de Lazer da Prefeitura de São Paulo realizou dez palestras com Mano Brown, Fernando FF (escritor e ex-presidiário) e Paulo Magrão (produtor cultural do distrito do Capão Redondo). O tema das palestras era “Fazer Acontecer” e o público-alvo, jovens da periferia da cidade. Ao todo, participaram dois mil jovens, entre rapazes e moças (a citação de Mano Brown é resultante de uma anotação em uma das suas palestras).
- 15 GIDDENS, Anthony. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: MILLBAND, David. (Org.). *Reinventando a Esquerda*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 47.
- 16 BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 295.